

O PRIMEIRO DIÁRIO EM PORTUGAL:
O DIÁRIO LISBONENSE (1809-1813)

THE FIRST DAILY IN PORTUGAL:
O DIÁRIO LISBONENSE (1809-1813)

Adelaide Muralha Vieira Machado

Pós-doutoranda da Universidade de
São Paulo/FFLCH.

Resumo: Este estudo pretende introduzir o, ainda não estudado, primeiro jornal diário a ser editado em Portugal. Depois de contextualizar o jornal em termos da história da imprensa e do jornalismo globais, procura-se desvendar o enquadramento face à imprensa do seu tempo, e quem foram redatores e responsáveis por esta publicação que surgiu no fim da primeira invasão francesa em Portugal. O entrosamento do jornal com a cidade a permitir um contributo cultural e político para o conhecimento da cidade de Lisboa do início do século XIX, será outro contributo deste artigo. Espera-se que suscite, de ambos os lados do Oceano, a vontade de prosseguir a investigação sobre o *Diário Lisbonense*.

Palavras-chave: imprensa diária, história da imprensa e do jornalismo, Real Mesa Censória, liberdade de imprensa, Portugal-Brasil.

Abstract: This study aims to present the first daily journal not yet studied in Portugal. After contextualizing the newspaper in terms of the Global History of the Press and Journalism, it seeks to figure out which framework in the face of the press of its time and who were the editors and responsible for this publication, which arose at the end of the first French invasion. The interaction of the newspaper with the city to allow a cultural and political contribution to the knowledge of the city of Lisbon at the beginning of the 19th century is another anticipated contribution of this article. It is expected to raise the desire on both sides of the Ocean to continue the investigation on the *Diário Lisbonense*.

Keywords: daily press, history of the press and journalism, Real Mesa Censória, freedom of the press, Portugal-Brazil.

No dia 1 de maio de 1809 saía a público o primeiro jornal diário português: O *Diário Lisbonense*. Perto de cem anos antes, em 1707, saía em Londres aquele que se admite ser o primeiro diário conhecido, O *Daily Courant*. Seguido em 1777 pelo *Journal de Paris* e o *Pensylvania Packet* em 1784; a fechar estes exemplos sobejamente conhecidos, e para termos a noção do arco temporal em que o Diário se enquadrou, terminamos com o primeiro diário brasileiro o *Diário do Rio de Janeiro* de 1821.

Por agora, fixemo-nos durante algum tempo no *Daily Courant*. Elisabeth Mallet,¹ livreira e empresária, a fundadora do jornal, e Samuel Buckley,² o seu segundo proprietário inauguraram uma forma de agilizar a comunicação, melhorando a sua transmissão e a narração factual. O jornalismo ganhou forma própria e distanciou-se definitivamente das antigas *Relações e Mercúrios*³, obrigando as *Gazetas*⁴ a optarem por aquele modelo, que procurava garantir a independência e honestidade da informação apresentada⁵. O lema co-

1 Elisabeth Mallet (ca. 1672-1706), viúva de David Mallet, herdou e desenvolveu o negócio editorial.

2 Samuel Buckley, livreiro, escritor e comerciante. De seguida notabilizou-se pela edição do jornal *The Spectator*.

3 Listas cronológicas de notícias enquanto acontecimentos que interessava divulgar.

4 A partir dos modelos anteriores foi-se fixando uma periodicidade para a divulgação noticiosa que garantia a atenção e fidelização de leitores.

5 Cunha, Alfredo. Elementos para a História da imprensa periódica portuguesa (1641-1821). Lisboa: Tip. Ortográfica, 1941. Separata das Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, classe Letras, 4.

nhecido, e que se prolongou no tempo para além da duração do *Daily*, era de que a partir da apresentação dos acontecimentos o leitor estava capacitado para tirar as suas conclusões e formar as suas opiniões.⁶

O comentário e o relato organizavam-se a partir daí em termos de diferenciação espacial dentro do jornal. A ideia que foi posteriormente assumida em termos da cultura jornalística foi a da separação entre opinião e informação, no entanto, não parece ter sido essa a intenção dos editores do *Daily*. O que assistimos no primeiro diário londrino foi que ambos os tipos de texto que definiam os espaços no jornal, relato e comentário, forneciam opinião e informação; mesmo que a primeira se refletisse apenas, pura e simplesmente na escolha de uma notícia em detrimento de outra, para publicação. O que se obtinha eram dois tipos de textos diferentes, um com estrutura formal argumentativa outro com estrutura formal narrativa, isto é, como dissemos atrás, na intenção do jornalista e nos conteúdos misturavam-se e interagiam opinião e informação como totalidade jornalística.

A introdução do contraditório ou argumentativo como caminho para a verdade, incorporou-se no método jornalístico e em Portugal seria em breve assumido pela imprensa liberal, precisamente como parte integrante da defesa das vantagens da liberdade de imprensa. Na origem deste gênero jornalístico

6 Williams, Kevin, *Read about it! : A history of the British Newspaper*, Routledge, 2009.

que dinamizou o espaço público, vamos encontrar os memoriais judiciais que eram cópias de peças processuais argumentativas que eram vendidas na rua em condições semiclandestinas. Ao tornarem uma questão privada numa questão pública, esses memoriais ganhavam notoriedade pela mobilização e debates apaixonados que provocavam, contra e a favor. Essas publicações que acabaram por sair dos tribunais, e que através de títulos sobre os memoriais como Reflexões ou Suplementos, pelo sucesso alcançado foram progressivamente sendo escritas por jornalistas, escritores e não só por advogados, e foram passando para as páginas dos jornais aumentando tiragens e leitores, já que o espaço público se alimentava dessa liberdade para o contraditório, como contributo para o apuramento das verdades⁷.

Assim, uma teoria enquanto opinião informada era naturalmente parte fundamental do conhecimento. A opinião, ao construir narrações (memórias) também construía esquecimentos⁸, um facto não contado não existia para o conhecimento ou para a explicação do mundo; um facto que não fosse escolhido para ser divulgado era um facto tornado inexistente. Enquanto atribuição valorativa da ação, a opinião podia contribuir para o progresso e desenvolvimento humanos, e contribuía para contrapor dogmas e certezas. Assim, a descoberta e a admissão iluminista da diversidade

7 Autor, 2018.

8 Kermode, Frank. *An Unmentionable Man*, ed. with Edward Upward, London: Enitharmon Press, 1994.

humana criou uma nova realidade epistemológica de verdades e opiniões fazendo e desfazendo sínteses enquanto aperfeiçoamento e aproximação constante à verdade. Era, pois, nesta totalidade interpretativa, nesta mundivisão, que o jornalismo se realizava e ia contribuir para um novo espaço/tempo, cultural e político.

Vários autores de várias áreas do saber, têm procurado definir categoria e género jornalístico. É uma discussão que durará pelo tempo que durar essa forma de comunicação humana, mas para permitir entendimento e funcionalidade do que é dito torna-se necessária a procura de algum consenso em termos de definições e escolhas operacionais⁹. Na medida em que podemos distinguir factos contados ou notícias e comentários sobre esses mesmos factos, aceitamos duas categorias: Jornalismo informativo e jornalismo de opinião.

Podemos, como já vimos, encontrar estas duas categorias num mesmo texto, mas ao distinguirmos narração de argumentação estamos a clarificar, quer o papel do leitor, quer a intenção do jornalista que escolheu, interpretou, e divulgou a notícia em conformidade com o valor que lhe atribuiu, sabendo ou julgando saber de antemão o nível de aceitação e rejeição do público. Ao narrar e

⁹ Seguimos sobretudo, Melo, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis, Vozes, 1994 e Albertos, José Luiz Martinez. *Curso General de Redacción Periodística*. Madrid, Paraninfo, 1992. In: Chaparro, Manuel Carlos. *Jornalismo não se divide em opinião e informação*. O Xis da Questão (Blog), São Paulo, 2012.

descrever os factos expunha-se a informação; ao associar factos e razões entrava-se no domínio da interpretação. A partir daí ao argumentar para persuadir e convencer, as razões produziam ideias e entrava-se, como vimos em cima, no domínio da opinião. A atitude enquanto intenção de quem escrevia, estabelecia o gênero e a sua função. Os gêneros ligados à informação, referencialmente exteriores, dependiam do acontecimento e da relação do jornalista com os protagonistas do mesmo (Notícia, Reportagem). Já em ligação com a opinião a estrutura da comunicação passava pelo contexto de ligação à realidade do jornalista e perspetivava um ponto de vista que dava sentido ao universo do escritor (Comentário, Artigo)¹⁰.

Estamos agora mais capacitados para partir para análise do Diário Lisbonense. Falaremos um pouco do conjunto que esses diários formavam com as Gazetas na época em questão, para melhor compreender as semelhanças, mas sobretudo realçar as diferenças. O desenvolvimento do sistema postal e o tipo de linguagem escrita a ele associado bem como a elaboração das Relações ou listas de notícias que circulavam periodicamente, contribuíram para que nos primeiros periódicos se encontre na apresentação formal dos textos, uma ligação ao modo epistolar que todos co-

10 Chaparro, Manuel Carlos. *Pragmática do Jornalismo – buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*. São Paulo: Summus Editorial, 2007; Botta, Mariana Giacomini. A imprensa pioneira em língua portuguesa e os gêneros jornalísticos no século XVIII. *Revista Comunicação Midiática*, v.8, n.2, pp.149-168, maio/ago. 2013.

nheciam, isto é, a referência ao local de origem das informações, e a data dessa emissão. O propósito era, porém, outro muito diferente, os periódicos destinavam-se a um público anónimo e a forma de interagir com o mesmo não passava pela resposta direta e individualizada ao texto, o que se pretendia era que fosse lido por grande número.

O cruzamento heterogêneo de gêneros no mesmo texto, da narrativa à opinião e ao argumento, combinava com conteúdos de temática política, sobretudo as notícias internacionais, diplomáticas ou de guerras. Estas incluíam tratados, decretos e portarias e discursos oficiais, programas institucionais, sessões parlamentares. Em geral, após a transcrição documental referida, seguiam-se resumos dos principais acontecimentos noticiosos feitos pelo redator a partir das cartas de correspondentes. Outras vezes, quando o espaço o permitia eram transcritos os textos de outros jornais, nem sempre devidamente assinalados, o que no caso do Diário Lisbonense não acontecia, convém desde já assinalar.

O calendário da realeza e da nobreza, ligado a festas religiosas, aniversários e cerimónias fúnebres constavam, fielmente, da temática destes periódicos. Parte interessada do público que lia os jornais seriam certamente os comerciantes, marinheiros e comandantes de navios, já que as informações de interesse comercial como a entrada e saída de navios, os produtos transportados. E no caso dos diários incluindo

claro está o *Diário Lisbonense*, a informação meteorológica das marés e das luas era assinalada de forma destacada em todos os números, pelo que nos leva a crer que saíam pela manhã. As descrições sobre casos estranhos, milagrosos ou romanescos e de criminalidade, nacionais e estrangeiras, também enriqueciam as preferências dos editores correspondendo certamente à curiosidade pública e visavam a sua incorporação nas conversas quotidianas dos leitores.

Não podemos deixar de parte outro fator importante que ligava o jornal com a sociedade e o modo de vida da época: a publicidade, ou o espaço reservado, no caso do Diário, a última página, aos avisos e anúncios. O rigor e a credibilidade da informação dada eram tidos como a prioridade para um redator responsável. Assim, quando a notícia não era confirmada o redator defendia-se usando expressões que o distanciavam de qualquer culpa. Noutros casos confirmavam-se rumores e boatos, estabelecendo a sua veracidade. Mais vulgarmente avisava-se o leitor para ficar atento e não perder o sentido crítico, em relação à possibilidade de a notícia dada não se vir a confirmar.

A partir daqui podemos colocar o problema da tradução e da citação do outro, que nesta época não obedecia às regras que hoje se observam¹¹. Citar diretamente fontes oficiais, por exemplo, transmitia

11 Moirand, S. *Les discours de la presse quotidienne - observer, analyser, comprendre*. Paris: PUF, 2007.

ao leitor confiança na informação já que o jornal as identificava, mas por outro lado, quando a verdade era questionada pelo redator, este estabelecia uma relação de proximidade com o leitor ao deixar entrever qual o pensamento do jornal sobre o assunto. No que se refere à tradução, ao percorrer vários jornais da época, incluindo o *Diário*, encontramos extratos de jornais de vários países, muitas vezes comentados e resumidos pelos autores. Havia, portanto, uma universalidade discursiva compartilhada pelos vários redatores¹² o que dá ao gênero jornalístico uma qualidade linguística e cultural diferenciada, permitindo através dele a obtenção de uma compreensão da sociedade e do sentido social global em que se inseria.

Seguindo em parte o modelo formal das Gazetas, os diários tinham, no entanto, uma inevitável proximidade e envolvimento no quotidiano do leitor traduzida nos anúncios do dia a dia da cidade e essa ligação espaço-temporal refletia-se, também, no valor dado aos acontecimentos que eram divulgados porque interferiam de uma forma evidente no quotidiano do leitor. A organização interna evolui e torna-se mais flexível, por vezes parecendo aleatória, alternando entre o enquadramento visível de um acontecimento importante dando-lhe um cariz sensacional, e a organização mais editorial na qual as escolhas do redator e a sua opinião se vão destacando ao correr dos ar-

12 Kabatec, J. A. *Historicidade dos textos*. Tradução José da Silva Simões. Linha d'Água, 2004, pp. 157-170.

tigos. Para além do facto de as Gazetas terem um carácter oficial (ao rei cabia a publicidade) e os Diários terem surgido de forma independente da iniciativa individual, outra grande diferença registava-se ao nível da obrigação da existência de um esforço coletivo, necessário para levar a cabo uma tarefa desta natureza que garantisse escrita e impressão diárias, isto é, era preciso uma equipa empresarial.¹³ Para garantir a sua permanência as Gazetas foram aos poucos alterando a sua periodicidade e tornando-se também diárias, a *Gazeta de Lisboa*, pelas razões que já referimos anteriormente, passou a sair diariamente, ainda em 1809.

O *Diário Lisbonense* surgiu num período de guerra, como se sabe, acabada a 1ª Invasão Francesa, a segunda estava em marcha e a Espanha ainda não tinha conseguido a sua libertação, continuando a ser governada pelo irmão de Napoleão; e vai durar até ao fim da 3ª e última invasão, saindo o último número antes da derrota completa de Napoleão na Europa, mas não muito longe dela. Terminou a 31 de maio de 1813, sem grande alarde, na rubrica ou secção Lisboa podia ler-se:

13 Reynaud, Denis. Le Temps de L'Information dans la Presse politique au XVIIIe Siècle: Grandeur et Décadence du Modèle Gazette. *Cadernos Cultura*, 4 Gazetas: A Informação Política nos finais do Antigo Regime, 2002, pp. 13-29.

LISBOA 31 de Maio.

O Redactor do Diario Lisbonense, tendo jnstos motivos para não continuar na redacção deste Periodico, participa a todas as pessoas que houverem assignado para esta folha por mais tempo deste anno do que o vencido no ultimo de Maio, que podem receber na loja

495
de livros de Antonio Manoel Polycarpo da Silva a parte correspondente á continuação das suas assignaturas, huma vez que na dita loja as pagassem.

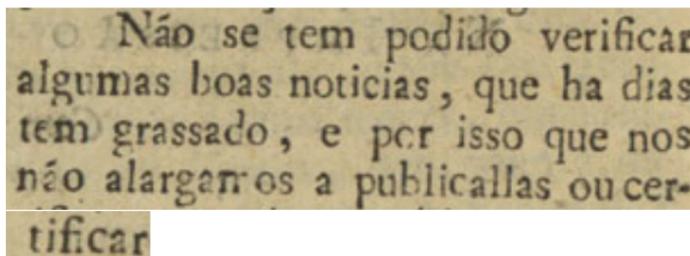
Fig. 1 - Todas as imagens são da cópia pública do *Diário Lisbonense* da Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <<http://purl.pt/14341>>

Durante os quatro anos de publicação, *O Diário* foi impresso na Impressão Régia e vendido brevemente na loja da *Gazeta de Lisboa* (maio e junho de 1809) e depois na loja do livreiro Policarpo da Silva nas Arcadas do Senado (Terreiro do Paço). Tinha em geral 4 páginas, embora excepcionalmente pudesse chegar até 8 ou 10 páginas, muito raramente recorreu ao suplemento. A paginação e os números do jornal eram

anuais, isto é, visavam uma encadernação e um arquivamento semelhante aos anuários.

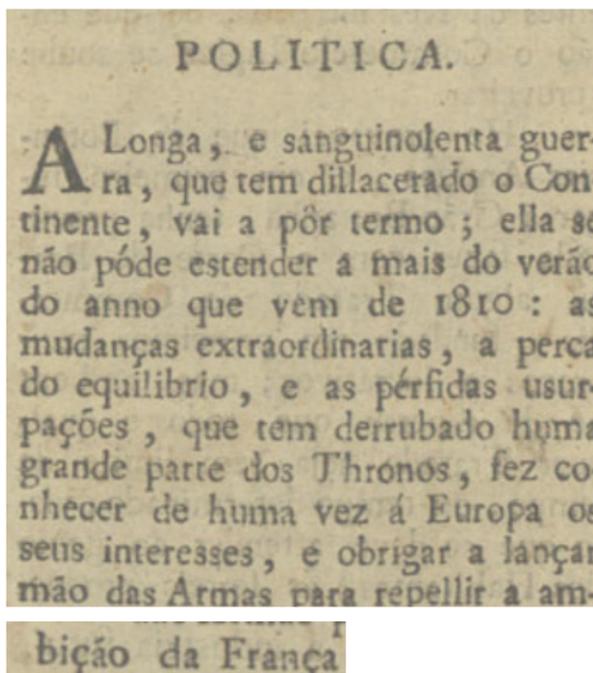
Desde o início que se definiu como um periódico anti napoleónico, em defesa da independência de Portugal, e apelando à luta da Europa contra a França.

A abrir o primeiro número essa questão ficava bem definida, isto é, que haveria rigor informativo:



○ Não se tem podido verificar algumas boas noticias, que ha dias tem grassado, e por isso que nos não alargamos a publicallas ou certificar

Mas não imparcialidade:



POLITICA.

A Longa, e sanguinolenta guerra, que tem dillacerado o Continente, vai a pôr termo; ella se não póde estender a mais do verão do anno que vem de 1810: as mudanças extraordinarias, a perda do equilibrio, e as pérfidas usurpações, que tem derrubado huma grande parte dos Thronos, fez conhecer de huma vez á Europa os seus interesses, e obrigar a lançar mão das Armas para repellir a ambição da França

Estêvão Brocardo¹⁴ é o nome que consta da capa de algumas encadernações.¹⁵ Este seria provavelmente o comerciante, político e escritor nascido no Brasil, Pernambuco, e que desde 1806 permanecia na capital¹⁶, fazendo representações contra as autoridades de Rio Grande do Sul junto da Real Junta do Comércio, e negociando a mercadoria retida no seu bergantim *Pensamento d'América*. O que a informação e documentação disponíveis revelam, o diário confirma. Logo no primeiro número começou a publicação da legislação referente ao Brasil que tinha começado em 1808, com a chegada do príncipe regente e da Corte àquela, então, colónia portuguesa, como a antevisão da passagem do Brasil a reino autónomo. Sendo publicado na íntegra no nº4, o *Decreto* que liberalizava o comércio nos portos brasileiros, até então na dependência do comércio e comerciantes portugueses, como intermediários entre o Brasil e o resto do mundo. A medida tinha sido recebida com desgosto pelos comerciantes portugueses. Já o redator do *Diário* não manifestou qualquer repúdio pela decreto, lembrando que embora não abrangesse ainda todos os portos, em breve os que faltavam iriam obter o privilégio. Através de uma nota comentário na primeira pessoa, o redator confirma que conhecia

14 Estêvão Brocardo de Matos (ca.1780-1845).

15 Na encadernação que consultamos na Biblioteca da Universidade de Coimbra, por exemplo.

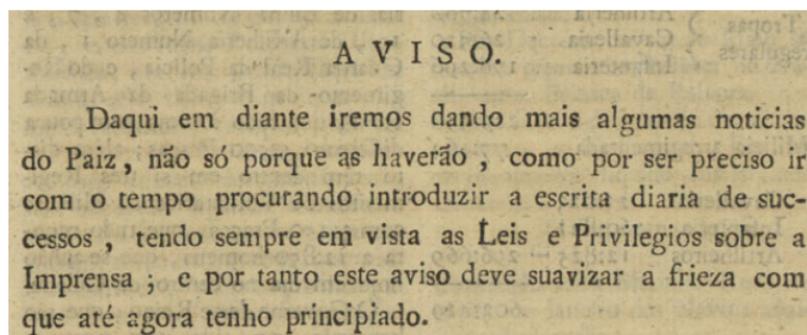
16 Arquivo Histórico Ultramarino - AHU_CU_019, Cx. 11, D. 678 - Lisboa 1806, e na *Gazeta de Lisboa* nº 28, Avisos, 14 de Julho de 1807.

bem as regiões comerciais e portuárias brasileiras, o suficiente para elaborar monograficamente sobre elas:

N. B. A intenção de S. A. R. não he conceder sómente ás cinco Províncias do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão, e Pará o Commercio franco, e prohibir que Santos, Santa Catharina, e Rio Grande fiquem privadas de huma tal graça; mas por em quanto assim era preciso proceder, visto que o empenho das tres ultimas he tão grande para as Capitaes, e principalmente ás do Rio de Janeiro, e Bahia, que seria preciso vender todos os Prédios Urbanos para o resgate da divida, e muito principalmente a do Rio Grande, aonde sómente os ricos são os Estancieiros, ou Creadores de gado, e o Commercio he pobrissimo, não pelo seu gyro, mas sim pela qualidade dos generos, e para o que tem concorrido muito a pouca experiencia, e economia dos cultivadores, que sempre tem sido destituidas de auxilios. Eu, se me fosse permitido nesta qualidade de escrita, daria as razões da decadencia destas ultimas Províncias exceptuadas, ou não contempladas; e guardo para outra occasião.

Para além do fato de defender medidas legislativas que favoreciam naturalmente os comerciantes brasileiros, Estevão Brocardo mostrava ter o sentido de qual a qualidade de escrita de um diário, não lhe parecendo próprio aproveitar esse espaço para uma escrita com contornos ensaísticos. Igualmente, na seção intitulada Comércio o autor centrava o interesse das notícias no Brasil e não em Portugal, o que era um ponto de vista pouco usual nos jornais do reino.

Confirmando o que atrás foi, e respondendo aos protestos dos leitores quanto à ausência de notícias de Portugal, no número de 4 de maio de 1809, saía um Aviso que explicava que o *Diário* ia passar a dar mais notícias do país:



Foi ainda durante este período que foi reproduzido nas páginas do jornal em 8 de Junho de 1809, a tradução do discurso do presidente da América, James Madison, considerado pelo redator como uma *obra-prima*, onde se defendiam todos os princípios liberais, como os direitos individuais e a liberdades de

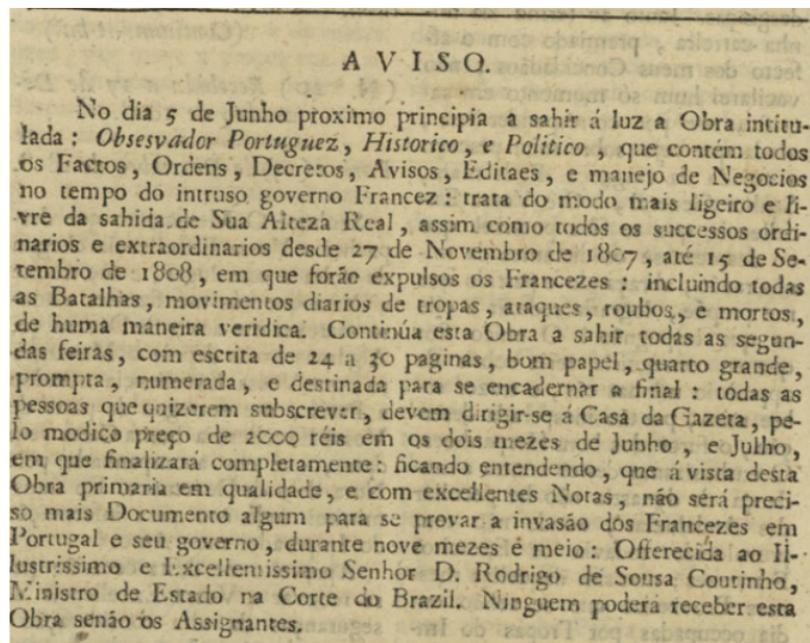
imprensa e que faziam parte da conquistas da antiga colónia britânica.

Uma ideia difundida acerca deste jornal pelo dicionário jornalístico de Xavier Pereira foi a de que ele era a continuação do Observador Português de 1807-1808. Já o bibliófilo Inocêncio da Silva Pereira defendia que *O Observador Português*¹⁷ dessa época não era um Jornal. Inclina-mo-nos a concordar com o segundo.

A autoria era do clérigo regular Benevenuto António Caetano Campos com várias obras publicadas depois de 1820 que iam no sentido de apoio à causa liberal. Esta obra, assim intitulada, foi anunciada no *Diário Lisbonense*, como uma obra que sairia em fascículos, e ao longo de alguns meses, o que aconteceu até terminar. A ideia era apenas de narrar os acontecimentos políticos da 1ª invasão francesa e a certa altura anunciava-se mesmo que o número de páginas por fascículo aumentaria para que a obra terminasse mais cedo, se bem que cada fascículo passasse a ser mais caro. Assim sendo, a data de publicação foi durante o primeiro ano do *Diário Lisbonense*, e não correspondia às características de um jornal, e o seu propósito era o de ser um memorial de um acontecimento histórico. Na verdade, *O Observador...* foi anunciado no *Diário* e encontramos na Real Mesa Censória

17 *Observador portuguez histórico e político de Lisboa desde o dia 27 de novembro do anno de 1807, em que embarcou para o Brazil o Príncipe Regente Nosso Senhor e toda a Família, por motivo da invasão dos francezes neste Reino, até 1808 ano da expulsão dos francezes, etc/.* (Benevenuto, António de Campos. Lisboa: na Impressão Regia, 1809)

um pedido de edição em nome de Estevão Brocado para que pudesse ser vendido na loja da Gazeta de Lisboa¹⁸, onde o *Diário Lisbonense* era vendido e onde se aceitavam as assinaturas do jornal.



Durante a tempo que durou, no primeiro número de cada mês era anunciado que o jornal continuaria por mais um mês e de que recebia os seus assinantes e leitores na loja já mencionada nas Arcada do Terreiro do Paço. No primeiro aviso do jornal (1 Maio 1809) lia-se:

18 ANTT - PT/TT/RMC/B-E/001/046.

A V I S O.

Continúa a sahir todos os dias huma folha igual , á excepção dos Domingos e dias Santos de guarda : vende-se na loja da Gazeta , e seu preço 20 réis. Quem quizer annunciar com brevidade ao Público sobre qualquer objecto de interesse ou venda , o poderá deixar escrito ao Administrador Antonio Manoel Polycarpo , que será promptamente copiado no Diario que se seguir ao Annuncio.

Continuando no contexto dos dois primeiros meses do *Diário*, podia ler-se no dia 30 de junho 1809 na secção Avisos, que o jornal só continuaria por mais um mês, porque o redator iria sair da cidade.

A V I S O S.

Sahio á luz : Discurso sobre os principaes Successos da Campanha do Douro, composto por José Accursio das Neves : Vende-se a 120 rs. nas lojas da Gazeta ; da Impessão Regia ; de Carvalho ; e Oliveira, aos Martyres.

Continuação sómente pelo mez de Julho os Diarios Lisbonenses , pois que seu Redactor por motivos de seus deveres se vai a retirar desta Capital : todos os Senhores Assignantes que quizerem continuar se poderão dirigir á loja da Gazeta.

Mais tarde, já no Brasil, conforme biografias estabelecidas, Estevão Brocado de Matos viveu a sua vida entre o Rio Grande do Sul como comerciante e Santa

Catarina como funcionário da Fazenda Real¹⁹. Seguindo as mesmas fontes, sabemos que aderiu à independência do Brasil e viria a ser deputado por Santa Catarina em 1840 e 1841, e faleceu no Desterro em 1845.

Voltando ao *Diário Lisbonense*, um mês depois do aviso de Brocardo de que abandonava a redação do jornal, saía no dia 3 de julho de 1809 a notícia de que o jornal iria continuar e que agora seria vendido na loja de António Policarpo da Silva, referindo-se que a mesma era a antiga loja da *Gazeta*. É sabido que o livreiro Policarpo administrava a loja da *Gazeta de Lisboa*²⁰, e por isso pensamos que para garantir a sua independência e a do *Diário*, a sua loja abandonou a administração e venda da *Gazeta*. Se não podemos confirmar se houve mudança de redator, podemos verificar que o estilo se alterou, o artigo político, espécie de editorial, no início do Jornal, desapareceu, bem como o recurso eventual à primeira pessoa, quando se dirigia ao leitor. As Notas, onde em quase todos os números o autor comentava os acontecimentos, foram sendo substituídas por breves comentários entre os textos extraídos de outros jornais. Por outro lado,

19 Piazza, Valter Fernando, Dicionário Político Catarinense, Florianópolis. Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994, pp. 333-334; Memória política de Santa Catarina. Biografia Estevão Brocardo de Matos. 2019. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/255-Estevao_Brocardo_de_Matos>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

20 Lobo, Sandra Ataíde. A *Gazeta de Francisco Soares Franco*: um redator em guerra. *Cadernos Cultura*, 4 *Gazetas: A Informação Política nos finais do Antigo Regime*, 2002, pp. 75-107. Policarpo deixa como administrador da *Gazeta* o seu braço direito, Manuel José Moreira Pinto Baptista.

nos documentos consultados na Real Mesa Censória e no Arquivo Histórico Militar, Policarpo surgia como diretor do Diário Lisbonense²¹.

Elaboramos agora em torno desse outro nome ligado ao jornal, o do já mencionado António Manuel Policarpo da Silva. Mais do que o livreiro vendedor do jornal, ele era quem se responsabilizava pelo jornal a partir de Julho de 1809. Foi autor de um best-seller, *O piolho viajante*, que teve várias edições ao longo do século XIX em Portugal, mas principalmente no Brasil²². Entre 1802 e 1805, editou o periódico *As Variedades*, cujo redator era António da Visitação Freire de Carvalho, irmão de Liberato Freire de Carvalho liberal, mais tarde exilado em Londres onde foi o redator do *Investigador Português em Inglaterra* e do *Campeão Português*. Ambos os irmãos à época eram cónegos regrantes de Santo Agostinho, e animavam uma Tertúlia no Convento das Necessidades, que era conhecida pelos seus delatores como a dos Filósofos²³. Policarpo mantinha um comércio livreiro muito intenso com o Brasil, nomeadamente com Pernambuco²⁴; e em 1806 Policarpo era autor e publicava o *Jornal enciclopédico ou diário universal das ciências e artes*. Defensor de princípios liberais e constitucio-

21 Arquivo Histórico Militar - PT/AHM/DIV/3/50/19/9 (cx.19, 1813)

22 Abreu, Márcia. Circulação de Livros entre Europa e América. *Polifonia*, v.14, pp. 161-174, 2007.

23 Autor 2019.

24 Verri, Gilda Maria Whitaker. Relações de Notícias na Província de Pernambuco entre 1795 e 1803, ANPUH, XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Fortaleza, 2009

nais viu uma obra sua sobre a valentia dos povos espanhóis contra os franceses face à cobardia dos que governavam, ser recusada pelo censor Lucas Tavares²⁵. O Escritor livreiro surgia-nos, também, como diretor do *Diário Lisbonense* em vários documentos, quer no Arquivo Histórico Ultramarino, quer na Real Mesa Censória.

O ano de 1809 foi um ano em que houve um período de ligeira liberalização da publicação de periódicos, e pouco depois do *Diário Lisbonense* surgiram vários jornais diários e a própria Gazeta de Lisboa de bissemanal passou a diário. A Junta da Imprensa Régia estava encarregue da censura e cada número do *Diário* trazia a frase *com licença*²⁶; segundo se sabe, a partir das prisões da *Setembrizada* de 1810²⁷ com as movimentações para a segunda invasão, a censura e a proibição de obras voltaram a atuar com mais rigor. Em consequência a Junta foi afastada e o Desembargo do Paço juntamente com a Intendência da Polícia passaram a filtrar as publicações antes da Real Mesa

25 Palma Ferreira, João. Prefácio. In: Silva, António Manuel Policarpo da. *O Piolho Viajante: divididas as viagens em mil e uma carapuças*. Ortografia atualizada, prefácio, glossário e notas por João Palma-Ferreira, Professor de Literatura Portuguesa na Universidade de Salamanca e Bolseiro do Instituto de Alta Cultura. Lisboa: Estúdios Cor, 1973.p.9-24.

26 Tengarrinha, José. *História da Imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1989; Imprensa e Opinião Pública. MinervaCoimbra, 2006

27 Em setembro de 1810 foram presos em Lisboa vários dos que, por tomarem publicamente posições liberais constitucionais, se opunham ao regime absolutista em Portugal. Autor, 1996.

Censória, e de fato em 1810 e parte de 1811 no final de cada número do *Diário Lisbonense* passou a ler-se com a licença do Desembargo do Paço, voltando de seguida e até ao fim da publicação para a simples com licença.

Através da consulta Real Mesa Censória no ANTT²⁸, ficamos a saber que os números do *Diário Lisbonense* iam à censura, manuscritos e posteriormente já impressos. Os manuscritos mostraram o que tínhamos visto antes sobre o citar e traduzir, já que juntamente com os textos manuscritos, iam partes de outros jornais incluindo a *Gazeta*, o *Telégrafo de Oliva*, o *Mercúrio Lusitano*, com indicações a lápis das partes que eram para citar. Temos assim os números completos manuscritos, que da Mesa iriam diretos para a impressão régia, e podemos desta forma seguir a construção editorial do jornal. A maioria ia com a assinatura do censor que era também o secretário da Academia das Ciências²⁹, João Guilherme Cristiano Muller. Este censor régio tinha sido quem aprovou a obra de Policarpo, *O piolho viajante*³⁰, e era quem assi-

28 ANTT - PT/TT/RMC/B-E/002-1/004; ANTT - PT/TT/RMC/B-E/002-1/005

29 Abreu, Márcia. O Controle à Publicação de Livros Nos Séculos XVIII e XIX: uma outra visão da censura. *Revista de História e Estudos Culturais*, vol. 4, Ano IV n^o4, Out./Nov./Dez. 2007, pp. 1-12.

30 Palma Ferreira, João. Prefácio. In: Silva, António Manuel Policarpo da. *O Piolho Viajante*: divididas as viagens em mil e uma carapuças. Ortografia atualizada, prefácio, glossário e notas por João Palma-Ferreira, Professor de Literatura Portuguesa na Universidade de Salamanca e Bolseiro do Instituto de Alta Cultura. Lisboa: Estúdios Cor, 1973, pp.9-24.

nava os artigos sobre com os programas da Academia publicados no *Diário Lisbonense*. Juntamente com os molhos de cada número do jornal, para aprovação, encontramos uma carta dirigida à Intendência Geral da Polícia em 1813, onde pode ler-se que o suplicante Policarpo da Silva, falando a propósito de um anúncio de uma obra que saía em fascículos e intitulava-se genericamente *Publicações Literárias*, lembrava que as obras em anúncio no *Diário* não careciam de aprovação da Intendência já que conforme plano combinado com os censores e aprovado por Sua Alteza, elas já tinham todas as licenças prévias e que esse fato “fazia parte do plano que o suplicante se tinha proposto seguir na redação do *Diário Lisbonense*”.

O primeiro diário em português era um jornal da sua época que procurava, na medida do possível, divulgar os acontecimentos europeus, americanos e nacionais, que afetavam diretamente o dia a dia dos portugueses. A situação de guerra europeia era mais uma das ondas de choque que Revolução francesa provocara, sobretudo, ao nível dos princípios e de uma ligação constante entre pensamento e ação, com consequências no tempo político e cultural, que se refletiam e eram refletidos nos periódicos transmitindo nova maneira de estar no mundo. O *Diário Lisbonense*, usando jornais portugueses e estrangeiros, sobretudo espanhóis, e até de exilados portugueses em Londres, como o *Correio Braziliense* e o *Investigador Português em Inglaterra*, vai divulgando notícias que denotavam

uma determinada seleção ou ideia editorial. Assim, em primeiro lugar eram proclamados todos os recuos e derrotas francesas, bem como as críticas aos países que, a certa altura, estavam indecisos casos da Áustria e da Rússia, acusando-os de patuar com a tirania. Depois, todos os avanços que através de notícias demonstravam uma maior segurança em países de pendor constitucional, como o discurso de tomada de posse do presidente norte-americano James Madison, as sessões do parlamento inglês e por exemplo todo o radical para época Preambulo da Constituição de Cadiz. A Lei da Imprensa publicada na integra no *Diário* de 2 de novembro de 1810:

Projecto de Decreto sobre a liberdade da Imprensa.

Attendendo as Cortes Geraes e Extraordinarias a que a faculdade individual dos Cidadãos de publicar seus pensamentos e idéas politicas, he não só hum freio do despotismo dos que governáo, mas tambem hum meio de illustrar a Nação em geral, e o unico caminho para chegar ao conhecimento da verdadeira opinião pública, concordárão em Decretar o seguinte:

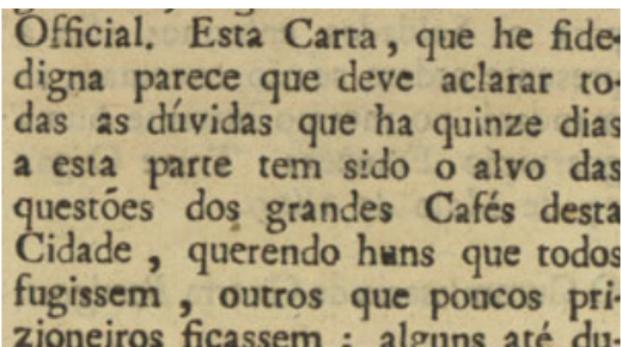
I. Todos os corpos e pessoas particulares, de qualquer condição e estado que sejam, tem liberdade de escrever, imprimir, e publicar suas idéas sem necessidade de licença, revisão, ou approvação alguma, debaixo das restricções e responsabilidades que se mencionão no presente Decreto.

II. Por tanto ficão abolidos todos os actuaes Juizes de Imprensas, e a censura das obras precedente á sua Impressão.

III. Os Authores e Impressores serão responsaveis pelo abuso desta liberdade, ficando sujeitos ás penas das nossas Leis, e ás que aqui se estabelecem, segundo a gravidade do delicto que commetterem,

Também vamos encontrar, em meio dos artigos políticos, outros que referem casos estranhos ou milagrosos, ou de crimes, sobretudo no estrangeiro, e dos quais se podem dar numerosos exemplos. De Portugal, para além das informações comerciais de entrada e saída de navios mercantes, e a partir de 1811 da informação das luas e marés e hora do sol nascer e se pôr, bem como o assinalar dos dias santos; o Tratado de Amizade e Comércio de 1810 com a Inglaterra, que atribuía privilégios de comércio com o Brasil aos ingleses, foi publicado em 29 de Outubro de 1810 na íntegra, para que “os comerciantes pudessem preparar as suas especulações”. Após a primeira invasão francesa, foram apresentados no jornal os julgamentos de alguns condenados por espionagem para os franceses. A sentença de condenação de Alorna e Gomes Freire, que participaram na segunda Invasão e na tomada de Almeida pelos franceses, foi outro destaque do *Diário*.

O entrosamento do jornal com a cidade era notório, mesmo na divulgação de notícias importantes em que não raras vezes o artigo começava por referir, que a notícia contrariava ou a dava razão a boatos e rumores que se ouviam pelas ruas, tertúlias e botequins, e só depois se referia qual a notícia, como por exemplo, no dia 5 de Junho de 1809.



Official. Esta Carta, que he fide-
digna parece que deve aclarar to-
das as dúvidas que ha quinze dias
a esta parte tem sido o alvo das
questões dos grandes Cafés desta
Cidade, querendo huns que todos
fugissem, outros que poucos pri-
zioneiros ficassem: alguns até du-

A variada publicitação de temporais, terramotos e tufões na cidade de Lisboa leva-nos a querer que a situação era bastante instável à época. Outra característica comum à evolução dos jornais europeus foi a organização de campanhas de solidariedade postas em marcha pelo jornal: para as vítimas do mau tempo, para os órfãos e viúvas da guerra, para os pescadores presos e reféns em Argel, o que era uma constante nesse início de século.

Com o intuito de ter um papel de mediador cultural, que desde logo se sentiu como estruturante no jornalismo, podemos dar como exemplo a rubrica que antecedia os *Anúncios* e *Avisos*, a partir de 1810 e que dura até novembro de 1812, intitulada *Casos Notáveis*, e que era uma lista de acontecimentos heroicos ou marcantes, alguns lendários, de toda história dos portugueses correspondendo ao dia em saia o jornal, ou ao dia anterior. Prova da aproximação do Jornal à cidade era também a publicitação de toda a espécie de eventos, desde a publicação de obras, incluindo as polémicas mais conhecidas, como por exemplo a

dos sebastianistas³¹, cujas obras, de ambos os lados, eram divulgadas à medida que iam saindo a público. Outrossim os espetáculos de teatro e as festas públicas descritas ao pormenor, não esquecendo o dia da expulsão dos franceses de Lisboa que era celebrado todos os anos desde 1808, adquirindo um sabor de festa cívica e popular. Enfim, toda a vida da cidade passava um pouco pelas notícias, avisos, e anúncios do jornal cujos agentes promotores eram também eles habitantes, conhecedores e participantes das vivências cidadinas.

Que a leitura do mundo estava a mudar ninguém podia negar, a imprensa diária era já o fruto dessa nova temporalidade que impunha novas soluções e ritmos informativos. O *Diário Lisbonense* é um bom exemplo de tudo o que para trás ficou dito, a merecer sem dúvida um estudo monográfico detalhado. Aqui apenas nos limitamos a levantar o primeiro véu nas relações transatlânticas no primeiro diário em português, e a deixar algumas pistas para futuras investigações.

31 Polémica literária que opôs José Agostinho de Macedo a João Bernardo da Rocha entre outros. Enquanto o primeiro publicou um poema que criticava os que acreditavam no regresso de D. Sebastião para salvar o Reino, os seus opositores criticavam a má qualidade do seu poema, e o fato de ignorar a alma e cultura portuguesas. Rapidamente a polémica adquiriu contornos políticos, já que Agostinho Macedo era antiliberal e contra a revolução francesa, ao contrário da maioria dos seus opositores.

Referências

ABREU, Márcia. Circulação de Livros entre Europa e América. *Polifonia*, v.14, pp. 161-174, 2007.

ABREU, Márcia. O Controle à Publicação de Livros Nos Séculos XVIII e XIX: uma outra visão da censura. *Revista de História e Estudos Culturais*, vol. 4, Ano IV, n. 4, Out./Nov./Dez. 2007, pp. 1-12.

ALBERTOS, José Luiz Martinez. *Curso General de Redacción Periodística*. Madrid, Paraninfo, 1992.

Arquivo Histórico Militar - PT/AHM/DIV/3/50/19/9 (cx.19, 1813).

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU_CU_019, Cx. 11, D. 678 – Lisboa 1806.

Arquivo Nacional Torre Tombo – PT/TT/RMC/B-E/001/046.

Arquivo Nacional Torre Tombo - PT/TT/RMC/B-E/002-1/004.

Arquivo Nacional Torre Tombo - PT/TT/RMC/B-E/002-1/005.

BOTTA, Mariana Giacomini. A imprensa pioneira em língua portuguesa e os gêneros jornalísticos no século XVIII. *Revista Comunicação Midiática*, v.8, n.2, pp.149-168, maio/ago, 2013.

CAMPOS, Benevenuto António de. Observador português histórico e político de Lisboa desde o dia 27 de novembro do anno de 1807, em que embarcou para o Brazil o Príncipe Regente Nosso Senhor e toda a Família, por motivo da invasão dos francezes neste Reino, até 1808 ano da expulsão dos franceses, etc. *Impressão Regia*, Lisboa, 1809.

CHAPARRO, Manuel Carlos. *Jornalismo não se divide em opinião e informação*. O Xis da Questão (Blog), São Paulo, 2012.

CHAPARRO, Manuel Carlos. *Pragmática do Jornalismo – buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*. São Paulo: Summus Editorial, 2007.

CUNHA, Alfredo. *Elementos para a História da imprensa periódica portuguesa (1641-1821)*. Lisboa: Tip. Ortográfica, 1941. Separata das Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, classe Letras, 4.

- KABATEC, J. A. *Historicidade dos textos*. Tradução José da Silva Simões. Linha d'Água, 2004, pp. 157-170.
- KERMODE, Frank. *An Unmentionable Man*. ed. with Edward Upward, London: Enitharmon Press, 1994.
- LOBO, Sandra Ataíde. A Gazeta de Francisco Soares Franco: um redator em guerra. *Cadernos Cultura*, 4 Gazetas: A Informação Política nos finais do Antigo Regime, pp. 75-107, 2002,.
- MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- Memória política de Santa Catarina. Biografia Estevão Brocardo de Matos. 2019. Disponível em: http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/255-Estevao_Brocardo_de_Matos.
- MOIRAND, S. *Les discours de la presse quotidienne – observer, analyser, comprendre*. Paris: PUF, 2007.
- Palma Ferreira, João. Prefácio. In: Silva, António Manuel Polícarpo da. *O Piolho Viajante: divididas as viagens em mil e uma carapuças*. Ortografia atualizada, prefácio, glossário e notas por João Palma-Ferreira, Professor de Literatura Portuguesa na Universidade de Salamanca e Bolseiro do Instituto de Alta Cultura. Lisboa: Estúdios Cor, 1973, p.9-24.
- Piazza, Valter Fernando. *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994, pp. 333-334.
- Reynaud, Denis. Le Temps de L'Information dans la Presse politique au XVIIIe Siècle : Grandeur et Décadence du Modèle Gazette. *Cadernos Cultura*, 4 Gazetas: A Informação Política nos finais do Antigo Regime, pp. 13-29, 2002.
- Tengarrinha, José. *História da Imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1989.
- Tengarrinha, José. *Imprensa e Opinião Pública*. Minerva Coimbra, 2006.
- Verri, Gilda Maria Whitaker. Relações de Notícias na Província de Pernambuco entre 1795 e 1803, ANPUH, XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Fortaleza, 2009.
- Williams, Kevin. *Read about it!: A history of the British Newspaper*, Londres: Routledge, 2009.